

A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO (IR)REALIS NA VARIAÇÃO DO PRETÉRITO IMPERFEITO DOS MODOS INDICATIVO E SUBJUNTIVO

Rosemary de Fátima de Assis DOMINGOS (PG-UFSC)*

1. Introdução¹

Sob uma perspectiva teórica sociofuncionalista, o objetivo deste artigo é discutir uma variável lingüística verbal, a saber, o uso alternado entre as formas verbais de pretérito imperfeito do modo indicativo (-va; -ia) e do modo subjuntivo (-sse) na codificação da *cotemporalidade a um ponto de referência passado*, em dados de fala, a partir de resultados obtidos pelo controle de dois grupos de fatores estatisticamente relevantes para o fenômeno estudado: *tipo de verbo na oração principal modalidade*.

A seguir, apresentamos o fenômeno em estudo; o apoio teórico; a metodologia; análise e discussão dos resultados; conclusões e referências bibliográficas.

2. O fenômeno em estudo

Ao consultarmos um livro didático de língua portuguesa ou uma gramática normativa, podemos observar que existem 'bulas' a respeito do uso dos modos verbais: o *subjuntivo* é definido como aquele que deve ser usado em contextos indicadores de incerteza e o *indicativo*, por outro lado, como aquele que deve ser usado em contextos que indicam certeza. Vejamos o que diz Ulisses Infante a esse respeito:

À indicação de tempo está normalmente associada a indicação de modo, ou seja, a expressão da atitude de quem fala ou escreve em relação ao conteúdo do que fala ou escreve. Se se considera o que é falado

* rofado@zipmail.com.br

ou escrito uma *certeza*, utilizam-se as formas do modo *indicativo*(...). As formas do modo *subjuntivo* indicam que o conteúdo do que se fala ou escreve é tomado como *incerto, duvidoso, hipotético*. (...) (1996: 147; grifo nosso)

Ao nos depararmos, no entanto, com a língua usada na comunicação do dia-a-dia, verificamos que nem sempre é assim: o modo indicativo também aparece em muitos ambientes cujo modo prescrito pelas gramáticas normativas² é o subjuntivo, como (1), abaixo, sendo que por vezes o contexto é que nos diz do *irrealis*, no caso do uso de alguns verbos (como *acreditar, achar, imaginar, pensar*) ou do próprio assunto sobre o qual se fala (como comentar a respeito de um evento que ainda não se realizou).

(1) “Eu achava que a Próspera *era* uma loteria...” (CRI, 01: 36)³

Nesse exemplo, temos a presença de uma forma verbal do pretérito imperfeito do indicativo (PII) num contexto em que a gramática normativa prevê o uso de formas verbais do pretérito imperfeito do subjuntivo (PIS):

(1a) “Eu achava que a Próspera *fosse* uma loteria”.

No entanto, percebe-se que o caráter de incerteza ou dúvida não desapareceu em virtude dessa troca, nem tampouco há estigma em relação a ocorrências como (1). Porém, conforme as gramáticas normativas, na oração subordinada “... que a Próspera *era* uma loteria”, o 'correto' seria optar pelo modo subjuntivo, uma vez que quando alguém 'acha' ainda não tem certeza de que (ou se) a situação mencionada é verdadeira ou não. Apesar desse suposto 'erro', nenhum falante ou ouvinte nota que houve uma 'infração' gramatical, inclusive entre os professores de português. Assim, podemos perceber que ocorre no português brasileiro

uma variação aparentemente não estigmatizada no uso das formas verbais de PII e PIS.

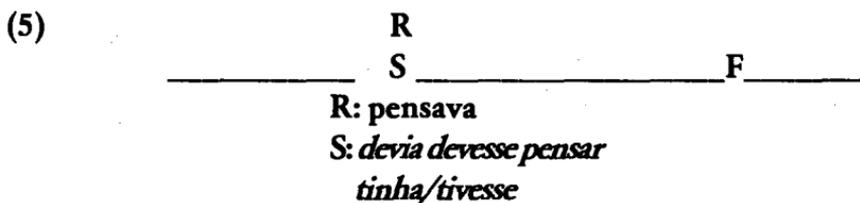
A incerteza associada ao fato sobre o qual se fala ou escreve denota uma ação ainda não realizada, dependente de outra, já realizada. Daí a preferência das gramáticas normativas pelo uso de tal modo em orações subordinadas, sejam elas substantivas, adjetivas ou adverbiais.⁴ A título de ilustração, observe-se:

- (2) “- Acabo de voltar para casa, Lula.
 - E daí?
 - Eu pensei que isso te *deixasse* contente.”⁵ (NASSAR 1975: 178)
- (3) “... como é possível tanto repouso nesse movimento? eu pensava muitas vezes que eu não *devia pensar*, que nessa história de pensar eu *tinha* já o meu contento...” (pp. 72/73)

Note-se o uso variável que o autor faz da forma verbal de pretérito imperfeito em contextos de cotemporalidade: PIS (*deixasse*) em (2) e PII (*devia pensar* e *tinha*) em (3), com possibilidade de alternância (*deixava*) e (*devesse pensar* e *tivesse*).⁶

Esses exemplos da escrita reforçam o caráter não estigmatizado do fenômeno e a noção de que as formas verbais de pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) comportam-se como variantes quando são cotemporais a um ponto de referência passado, havendo, nesse caso, duas formas (verbais) para uma função, conforme os diagramas a seguir, para os exemplos (2) e (3), respectivamente.

- (4)
- | | | | |
|----------------------------|--|---|-------|
| R | | | |
| _____ S _____ | | F | _____ |
| R: pensei | | | |
| S: <i>deixasse/deixava</i> | | | |



Em ambos os diagramas aparecem juntos (por isso 'cotemporalidade') R (que é o ponto de referência ao qual se ancora a situação) e S (a própria situação – evento ou estado focalizado), sendo que os dois são anteriores a F (o momento da fala)⁷.

Uma vista d'olhos em gramáticas antigas nos confirma as normas estipuladas para o emprego do modo indicativo e subjuntivo: de um lado, considerando a (*ir*)realidade do contexto, de outro, o estatuto sintático da oração. Fernão de Oliveira ([1536] 1975) e Barros ([1540] 1957), por exemplo, associam os modos indicativo e subjuntivo, respectivamente, à certeza ou incerteza quanto àquilo que se diz. Já para Barboza ([2 ed] 1830), os tempos do indicativo, modo principal e dominante no discurso, devem vir, preferencialmente, em orações principais. Quanto ao modo subjuntivo, é o que traduz as linguagens que vêm “sempre em consequência de outras” (p. 201), por isso deverá ser usado única e exclusivamente em orações subordinadas.

Como vimos, apesar de existirem prescrições gramaticais quanto ao uso de tempos/modos verbais, nem sempre elas são utilizadas, nem na escrita (cf. exemplos acima), nem na fala, como mostramos a seguir.⁸

Na análise do tempo verbal empreendida neste trabalho, a função se sobrepõe à forma. Assim, as formas do PII funcionam com seu valor temporal prototípico de passado, mas também podem atuar com valor temporal de futuro do pretérito, a depender do contexto. Quanto às formas do PIS, podem apresentar valor temporal de passado, como em *Achávamos que estivesse doente*, e também de futuro, como em *Se ele ficasse em casa amanhã, eu iria vê-lo*. Nosso objeto de estudo, conforme já enfatizado, se restringe à primeira função mencionada acima.

3. O apoio teórico

O trabalho tem como embasamento teórico pressupostos da teoria da Variação e Mudança (nos moldes labovianos) e do Funcionalismo lingüístico (na linha givoniana).

A Teoria da Variação e Mudança Lingüística é a área preocupada com o estudo da linguagem relacionada à sociedade, focalizando como objeto de estudo a variação lingüística, possível de ser descrita e analisada cientificamente, a partir do pressuposto de que as diferentes maneiras de se dizer a 'mesma coisa' (com um mesmo valor de verdade) em um mesmo contexto são resultado de influências de fatores estruturais e sociais. "Tais fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido que os usos de estruturas lingüísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistemática e estatisticamente previsíveis" (Mollica 2003: 10). Às formas em variação dá-se o nome de variantes.

Assim, o domínio de estruturas heterogêneas não é questão de uma simples performance, mas parte da competência lingüística dos indivíduos, de sorte que a ausência de heterogeneidade estruturada na língua seria tida como disfuncional (Weinreich, Labov & Herzog 1968).

Na perspectiva funcionalista, a gramática não é vista como um conjunto de regras pré-estabelecidas a que se deve seguir para formar sentenças gramaticais; também não é autônoma, mas dependente do discurso. Ela constitui-se de um conjunto de estratégias que são empregadas para se produzir uma comunicação coerente, e nunca se estabiliza inteiramente. As explicações para os fatos lingüísticos são fornecidas de forma associada à situação comunicativa, levando em consideração a cognição, a comunicação, a interação social, a cultura, a variação e a mudança lingüísticas. Organiza-se em função de pressões externas, advindas do discurso, e pressões da própria estrutura e é aí que surge seu caráter não apenas funcional, mas também dinâmico. Segundo Neves:

É funcional porque não faz distinção entre o sistema lingüístico e seus mecanismos e as funções que eles têm a preencher e é dinâmica porque reconhece e assume a força ativa que está detrás do desenvolvimento da língua, na instabilidade da relação entre estrutura e função. (1997: 3)

É de particular interesse para este trabalho a noção givoniana de marcação, associada ao princípio da iconicidade. Segundo Givón (1990: 947), há três critérios essenciais que podem ser usados na distinção entre categoria marcada *versus* categoria não-marcada: (a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a não-marcada; (b) distribuição de frequência: a categoria marcada tende a ser menos freqüente do que a não-marcada; (c) complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento, do que a não-marcada.

Partindo do que postulam os critérios (a) e (b), podemos supor que, por serem as formas de PIS estruturalmente maiores na maioria das vezes, ou mais complexas⁹ do que as formas do PII, elas apareceriam menos vezes na fala das pessoas.

Quanto ao objeto em estudo, valemo-nos das noções de *tempo*, *aspecto* e *modalidade*, que funcionam de maneira articulada (TAM), recobrando diferentes domínios funcionais, sendo tidas como “parte de um sistema gramatical discursiva e pragmaticamente orientado” (Gorski *et al.* 2002: 221). O complexo TAM abrange desde o caráter aspectual do verbo identificado inerentemente no significado lexical, passando pela informação proposicional (envolvendo eventos, processos e estados e a composicionalidade na estrutura argumental), até chegar à coerência textual, que mobiliza propriedades pragmático-discursivas contextualizadas num discurso coerentemente conectado (envolvendo a correlação de tempo/ aspecto/ modalidade entre orações de um período) (cf. Givón 1993; 1995 e Lyons 1977).

O *tempo verbal* pode ser definido como a “categoria gramatical que, juntamente com outros componentes lexicais, expressa a referência temporal na língua, codificando a relação entre dois pontos (de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade) ao longo da dimensão linear do tempo, sendo um desses pontos o eixo temporal ou ponto de referência para o outro tempo – o tempo da situação” (Gorski *et al.* 2002: 221). Como se observa, a noção de ponto de referência é fundamental para essa definição, por isso o sistema TAM passa a incorporar uma quarta categoria: *ponto de referência* (TAMR) (cf. Coan 2003).

Os pontos de referência podem ser identificados no próprio contexto lingüístico (como formas verbais, expressões adverbiais, informações precedentes), ou no contexto situacional (através de pistas pragmáticas como inferências e conhecimento compartilhado). É a partir do ponto de referência que as formas verbais podem ter seu valor temporal interpretado. A forma do PIS, por exemplo, poderá ter um valor futuro ou passado, dependendo dessa referência no tempo. Souza (2001) fala da futuridade dessa forma verbal, pautada no poema *Se eu morresse amanhã*, de Álvares de Azevedo. Nesse caso, a futuridade de *morrer* se deve ao ponto de referência *amanhã*, pois, caso fosse um *agora* ou um *ontem*, a interpretação temporal seria de presente ou de passado, respectivamente.

Aspecto é uma categoria que codifica diferentes graus de duratividade de um processo verbal. Geralmente, fala-se em aspecto perfectivo, que envolve delimitação no tempo e curta duração, e imperfectivo, que caracteriza ações habituais e durativas. Não vamos nos deter nessa categoria por não tratarmos dela no presente artigo, embora seja relevante para o fenômeno estudado.

A *modalidade* é usualmente definida como a avaliação do falante sobre seu próprio enunciado, isto é, seu julgamento ou atitude a respeito da proposição, que pode ser *epistêmico*¹⁰ (de verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência) ou *deôntico/avaliativo* (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação) (cf. Gorski *et al.* 2002). Às vezes, a modalidade pode se apresentar como inerente ao próprio verbo, outras, pode ser indicada pelo uso de alguns advérbios e outras, ainda, pode ser depreendida do contexto.

4. Metodologia

Nosso *corpus* é composto por 361 dados retirados do Banco de Dados do *Projeto Entrevistas Sociolinguísticas*, da UNESC (Criciúma/SC) e do Banco de Dados *VARISUL*, da UFSC (Florianópolis/SC). Ao todo, foram rastreadas setenta e duas entrevistas, com informantes estratificados por sexo, idade (15-24, 25-49 e acima de 50 anos) e escolaridade (primário, ginásio e ensino médio).

Como procedimentos metodológicos seguimos os seguintes passos: recorte da variável a partir da função *cotemporalidade a um ponto de referência passado* – tomada como significado temporal partilhado; estabelecimento de restrições para a variável; retirada de expressões cristalizadas; substituições para verificação da pertinência ou não de cada dado à função proposta; codificação dos dados conforme um conjunto de variáveis linguísticas e extralinguísticas postuladas; tratamento estatístico dos dados pelo programa computacional VARBRUL (Pintzuk 1988), que atribui percentuais e pesos relativos e ordena os grupos de fatores testados conforme sua significância estatística.

Trataremos aqui de dois grupos de fatores linguísticos selecionados como significativos para o fenômeno analisado:¹¹ *tipo de verbo na oração principal modalidade*.

5. Análise e discussão dos resultados

O grupo de fatores *tipo de verbo da oração principal* foi criado em virtude de já ter sido selecionado como primeiro significativo em trabalhos realizados anteriormente. Foi quando percebemos que a presença de verbos de natureza cognitiva¹² na oração principal facilita o uso do PII nas orações subordinadas, ao passo que verbos não cognitivos inibem esse uso, favorecendo, então, as formas do PIS nas orações subordinadas. Isso devido, provavelmente, ao caráter já *irrealis* de uma forma verbal como *pensei*, *imaginava* ou *achava*, uma vez que quando pensamos sobre algo ou imaginamos alguma situação, não temos certeza

acerca do que pensamos ou imaginamos, não necessitando, assim, usar o PIS para codificar incerteza. Ao passo que com uma forma verbal como *gostava* ou *queria*, o caráter *irrealis* é dado pelo uso do PIS, pois quem gosta ou quer algo já deve estar mais seguro do que gosta ou quer. Temos, assim, uma relação de equilíbrio: se o contexto já anuncia uma situação *irrealis*, o verbo da oração subordinada fica dispensado dessa tarefa podendo ser codificado no modo indicativo; ao passo que se o contexto for *realis*, o valor de incerteza tem que ser veiculado pelo verbo no modo subjuntivo.

Os resultados das tabelas a seguir devem ser considerados para o uso de PII (variante tomada como aplicação da regra). Vejamos os resultados obtidos para essa variável.

Fatores	Frequência	%	P.R.
	Aplicação / Total		
Verbos cognitivos	126 / 139	91	0,81
Verbos ã cognitivos	68 / 206	33	0,28
Total	194 / 345	56	

Tabela 1: Influência do tipo de verbo da oração principal sobre o uso do PII *versus* o PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

O primeiro resultado relevante verificado na tabela diz respeito à frequência total de uso das variantes: 56% para PII contra 44% para PIS. Observamos que, contrariamente à prescrição gramatical que prevê o emprego do modo subjuntivo nos contextos aqui analisados, mais da metade das ocorrências aparecem no modo indicativo. Tais resultados vêm corroborar os de outros estudos que têm evidenciado uma tendência à redução do paradigma modo-temporal no português falado na região sul (dados do Projeto VARSUL), com as seguintes tendências: a) uso da forma verbal de presente do modo indicativo pelo presente do subjuntivo (cf. Pimpão 1999); b) uso da forma verbal de pretérito perfeito em lugar do pretérito mais-que-perfeito na função de anterioridade a um ponto de referência passado (cf. Coan 1997; 2003); c) uso da forma verbal de

pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito na função de posterioridade a um ponto de referência passado (cf. Silva 1998); d) uso da forma perifrástica em vez do futuro do presente na função de futuridade (cf. Gibbon 2000). Com esses resultados, inserimos um quinto item à lista acima: e) uso da forma verbal de pretérito imperfeito do indicativo pela forma correspondente do subjuntivo na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado.

A variável *tipo de verbo da oração principal* foi o primeiro grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico como significativo para o fenômeno em estudo. Nos resultados da tabela 01 percebe-se que em 139 ocorrências de orações principais apresentando verbos cognitivos, 126 levam ao uso de PII nas orações subordinadas, com um percentual bastante alto: 91%, como (6), abaixo; enquanto que dentre as 206 vezes em que outros verbos aparecem na oração principal, apenas 68 trazem o PII nas orações subordinadas, ou seja, um percentual de 33%, como (7), quase um terço em comparação à influência dos verbos cognitivos. Há que se notar, também, os pesos relativos bastante polarizados: 0,81 para os verbos cognitivos e 0,28 para os não cognitivos.

- (6) “Eu pensei que *era* eu, né? que ele tinha me chamado e eu fui...” (CRI 23: 39)
- (7) “É bom porque tem um monte de praia, eu não ia agüentar morar se não *tinha* praia.” (FLP 34: 05)

Esses resultados podem ainda ser interpretados com base na noção de marcação. Sabemos que a aquisição da língua se dá gradualmente: do mais fácil (cognitivamente) para o mais difícil (cf. Back & Souza 2001); assim, primeiramente adquirimos os verbos não-cognitivos (justamente por serem mais concretos) e as formas do indicativo (por serem menos marcadas, do *realis*), logo, seria plausível esperar que os verbos não-cognitivos selecionassem as formas do PII. Por que isso não acontece? Uma hipótese interpretativa baseada na marcação reforça a idéia de equilíbrio funcional já mencionada acima:

uma forma mais marcada junta-se a uma menos marcada na codificação do enunciado.

O segundo grupo a ser discutido aqui é o da *modalidade*, dividido em três fatores: *quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e acontece (ou não)*³

Tínhamos como hipótese que quando o informante fala sobre algo que já vivenciou (portanto sabe se aconteceu ou não), vai usar as formas do PII, por darem idéia de mais proximidade com o assunto abordado. Então, o fator *quando se fala sobre algo que achava que aconteceria* seria relevante para tal uso. Já o PIS seria favorecido pelos fatores *quando se fala sobre algo impossível/improvável de acontecer quando se fala sobre algo imprevisível*, que pode ou não ter acontecido. Os resultados obtidos estão na tabela 2, abaixo.

Fatores	Frequência		%	P.R.
	Aplicação / Total			
Qdo se fala sobre algo q achava q aconteceria...	152 / 228		67	0,63
Qdo se fala sobre algo imprevisível	42 / 105		40	0,38
Qdo se fala sobre algo impos./impr. de acontecer	5 / 28		18	0,08
Total	199 / 361		55	

Tabela 2: Influência da modalidade sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Tal resultado nos leva a afirmar que o importante não é se o que o falante pensava no momento da enunciação acontece de fato ou não (cf. nota 14), o importante é que ele *achava* que aconteceria, ou seja, a modalidade epistêmica de mais certeza é orientada para o falante. Então,

sempre que o informante fala sobre algo que pensava que fosse acontecer, sem tratar de um assunto imprevisível ou impossível/improvável de acontecer, há tendência ao uso do PII nas orações subordinadas.

Podemos pensar na seguinte correlação: em se tratando de situações mais íntimas do falante e, na sua opinião, mais suscetíveis de acontecerem, a tendência é o uso da forma menos marcada (PII). Já quando se trata de assuntos sobre os quais o falante tem mais dúvidas, a tendência é optar pelo uso das formas mais marcadas (PIS), que remetem ao *irrealis*.

6. Considerações finais

Em termos gerais, a análise mostrou evidências em favor do uso mais intenso do modo indicativo em contextos prototípicos de subjuntivo, na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado. Esses contextos são duplamente caracterizados pelas gramáticas normativas: semanticamente, como portadores do traço modal de incerteza; sintaticamente, como construídos por subordinação. Vimos que, em termos percentuais, o PII é de uso mais freqüente que o PIS.

O controle das variáveis *tipo de verbo da oração principal* e *modalidade* trouxe resultados cuja interpretação é, à primeira vista, conflitante. De um lado, verifica-se que, uma vez instaurado o contexto *irrealis* mediante o emprego de um verbo de natureza cognitiva (*achar, pensar, imaginar*), o verbo da oração subordinada tende a vir no modo indicativo; se, pelo contrário, a oração principal não apresentar indícios de *irrealis*, o verbo da subordinada tende a vir no modo subjuntivo – estabelecendo-se uma espécie de equilíbrio funcional. Esse resultado parece apontar para o fato de não existir uma forma verbal definida para indicar a modalidade *irrealis* na oração subordinada, pois traços modais são depreendidos do contexto; tanto é assim que independentemente de usarmos as formas verbais de PII ou de PIS nas orações subordinadas, o traço de irrealidade acerca do que se fala não se perde.

Por outro lado, quando o falante discorre sobre algo que, em sua opinião, é impossível, imprevisível ou improvável de acontecer, o modo subjuntivo é favorecido. Já quando fala sobre algo que acreditava que fosse acontecer, o modo indicativo é privilegiado. Nesse caso, o grau de certeza associado à crença do falante parece ter correlação direta com o modo verbal escolhido. Tais resultados vêm ao encontro das regras normativas: em contextos de certeza, modo indicativo; em contextos de incerteza, modo subjuntivo.

Em outras palavras: a) a presença de verbos cognitivos na oração principal parece funcionar como indutora da modalidade *irrealis*, tornando desnecessária a marcação desse traço modal no verbo da oração subordinada; b) o grau de probabilidade que o falante imprime sobre a realização de uma situação reflete-se na escolha que ele faz entre as formas verbais indicativa e subjuntiva: se houver indícios de certeza, a forma verbal preferida é a indicativa; c) existe uma confluência entre a) e b), uma vez que os verbos cognitivos controlados são inerentemente epistêmicos, ie, portadores de traços de modalidade *irrealis*. De qualquer maneira, os resultados estatísticos mostram que a natureza do verbo da oração principal é o principal condicionador do uso do PII. O fato de o informante falar sobre algo cuja realização ou não ele tinha condições de avaliar também atua como fator condicionador, porém com menor força.

Embora tenhamos discutido aqui apenas dois grupos de fatores condicionantes, os resultados apresentados apontam para a complexidade da variável analisada, sugerindo cautela em sua interpretação e a necessidade de se cercar o fenômeno mediante controle de condicionadores de diferentes níveis, capazes de captar motivações em competição.

Referências Bibliográficas

BACK, Eurico & SOUZA, Ana Cláudia. *Prática de Leitura e Produção de Texto*. Criciúma: UNESC, v. 1, 2001.

BARBOZA, Jeronimo Soares. *Gramatica Philosophica da Língua Portuguesa*. 2 ed. Lisboa: Typographia da academia, 1830.

BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3 ed. São Paulo: 1957.

COAN, Márluce. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-) perfeito*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, UFSC, 1997.

_____. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. (Tese de Doutorado). Florianópolis, UFSC, 2003.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GIVÓN, Talmy. Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. In: *English Grammar: a functional-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1993.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Vol. II Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1990.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GIBBON, Adriana. *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, UFSC, 2000.

GÖRSKI, Edair (*et al.*). *Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In VANDRESEN, P. (org.) A Variação e mudança no português falado na região Sul.* Pelotas: Educat, 2002.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos.* São Paulo: Scipione, 1996.

KARAM, Lenara M. *A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do RS.* (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, UFRGS, 2000.

LYONS, John. *Semantics.* Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MOLLICA, Maria Cecília. *Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In*

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.* São Paulo: Contexto, 2003.

NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica.* 1975.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa.* Lisboa: Impr. Nac., 1975.

PASQUALE & ULISSES. *Gramática da Língua Portuguesa.* São Paulo: Scipione, 1998.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática.* (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, UFSC, 1999.

PINTZUK, S. VARBRUL. *Programs*. 1988.

SILVA, Tereza S. da. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, UFSC, 1998.

SOUZA, Ana Cláudia. *Pretérito Imperfeito do Subjuntivo? Formas verbais em -sse em contextos que veiculam a noção de posterioridade*. Working Papers em Linguística, n^o 5, pp. 91-110, 2001.

WEINREICH, U., LABOV, W. e HERZOG, M. *Empirical foundations for a theory of language change*. In: W. Lehmann and Y. Malkiel (eds.), *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

Notas

¹ Este artigo consiste numa adaptação de parte de minha dissertação de mestrado intitulada *A variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado*, desenvolvida sob a orientação da prof^a Dr^a Edair Gorski e defendida na UFSC em 2004.

² Cf. Cunha & Cintra (2001), Infante (1996), Pasquale & Ulisses (1998), entre outros.

³ Dado retirado do *Banco de Dados Entrevistas Sociolinguísticas*, da UNESC, SC.

⁴ “Etimologicamente, o termo *subjuntivo* origina-se do latim *subjunctivus*, designação que atribui a esse modo verbal a propriedade de ligar, de subordinar” (Pimpão 1999: 13).

⁵ Extraído de *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar, publicado em 1975.

⁶ Note-se que uma terceira possibilidade é viável nesses contextos exemplificados: o uso da forma verbal de futuro do pretérito (*deixaria, deveria pensar, teria*). Entretanto, como tal forma só é intercambiável em alguns dos dados analisados, ela foi deixada de lado neste trabalho.

⁷ Para formalizar uma interpretação temporal, apoiamo-nos na nomenclatura adotada por Coan (1997; 2003): *momento de referência (R)*, *momento da situação (S)* e *momento da fala (F)*.

⁸ Algumas pesquisas variacionistas, como Costa (1997), Silva (1998), Pimpão (1999), Karam (2000), já comprovaram esse fato.

⁹ Para Givón (1995), as formas que representam o *irrealis* são cognitivamente mais marcadas, pois, segundo o critério (c), eventos que ocorreram em tempo e espaço reais estão mais

salientes na mente do que eventos que não ocorreram, poderão ocorrer ou poderiam ter ocorrido.

¹⁰ A modalidade epistêmica que aponta para graus de certeza é a que nos interessa neste trabalho.

¹¹ Foram testados treze grupos de fatores, dos quais oito grupos foram tidos como estatisticamente relevantes pelo programa VARBRUL: *tipo de verbo na oração principal, paralelismo formal, modalidade, tipo de verbo auxiliar, aspecto, presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal, idade e cidade*.

¹² Consideramos como cognitivos os verbos *pensar, achar, imaginar e esperar*, por apresentarem uma relação de sinonímia entre si. Não que não existam outros, mas esses foram os mais recorrentes na amostra analisada.

¹³ Esse fator é resultado de dois fatores inicialmente controlados em separado: *quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e acontece; quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e não acontece*. Entretanto, como os pesos relativos associados a esses fatores foi idêntico (0,63), os dois fatores foram amalgamados.